

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

ATA Nº 015

PRESIDENTE - DEPUTADO EMANUEL PINHEIRO

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Boa tarde a todos!

Estamos, mais uma vez, com o nosso amigo telespectador da TV Assembleia Legislativa ao vivo aqui no auditório Milton Figueiredo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para debater assuntos de interesse da nossa coletividade.

Neste momento, declaro aberta esta Audiência Pública por mim requerida para debater e discutir a implantação do piso salarial do advogado empregado privado no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Lembro que estamos ao vivo pela TV Assembleia Legislativa, sendo transmitido para todo o Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa o Dr. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso; o Dr. Maurício Aude, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso; a Dr^a Juscilene Vieira de Souza, Procuradora Adjunta do Município de Cuiabá, neste ato representando o Prefeito Municipal Chico Galindo; o Dr. Leonardo Pio da Silva Campos, Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados; o Dr. Ulysses Lacerda Moraes, representante do Grupo OAB Jovem Independente, que inclusive idealizou esta audiência pública, indo ao nosso gabinete para discutir essa proposta; o Dr. Bruno de Oliveira Castro, Presidente da Comissão dos Jovens Advogados da OAB Mato Grosso; o Dr. Marcelo Galvão Max, Procurador do INDEA (PALMAS)

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Registramos, mais uma vez, a honrosa presença de todos os colegas advogados que vieram prestigiar, num horário difícil, complicado, esta Audiência Pública, que não vai ficar por aqui. Outras oportunidades teremos - não é, Cláudio? - para promover debates como este e tantos outros de interesse da nossa classe.

Quero registrar ainda a presença do Sr. Felipe Amorim Reis, Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB, seccional nossa aqui de Mato Grosso; da Dr^a Luciana Serafim, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso, nossa amiga também de longa data; do meu querido colega, professor e amigo, Sr. Naime Márcio Martins Moraes, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos de Família em Mato Grosso; do Sr. Jefferson Vítor de Carvalho, assessor, neste ato representando o Secretário Municipal de Esporte e Cidadania, Sr. João Bosco Cruz.

Agradecemos ainda a presença dos acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Unirondon daqui da nossa Capital.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Agradecemos a presença dos acadêmicos do curso de Direitos daqui da UNIC.

Agradecemos a presença dos Conselheiros do grupo OAB Jovem Independente, aqui representado pelo Dr. Ulysses, que idealizou, na verdade, esta Audiência Pública e o projeto por nós apresentando.

Também registramos a presença do Sr. Manoel Anônio Garcia Palma, o Toco Palma, nosso amigo, Presidente da LEMAT, aqui nos prestigiando; e do Sr. Helmut Flávio Preza Dalto, Secretário Geral da Caixa de Assistência dos Advogados.

Registro ainda a presença de amigos de longas datas e que também nos honram prestigiando esta Audiência Pública, como o Dr. Maurício Guimarães, aqui presente; meu aluno Helder Queiroz, meu aluno durante um ano e meio na faculdade de Direito da UNIC; e o meu colega Professor Geandre Bucair Santos, também um brilhante professor da nossa querida Universidade de Cuiabá e um grande colega.

Bem, colegas advogados, Dr. Cláudio Stábile, vou partir para a informalidade. Dr. Cláudio, meu Presidente, estive na sua campanha, estive do seu lado e o senhor é o Presidente da nossa seccional. Desde o primeiro dia que tomei posse, no dia 1º de fevereiro de 2011, a primeira visita simbólica que quis fazer como Deputado empossado foi exatamente a seccional da minha classe, a OAB de Mato Grosso, visitando meu amigo Dr. Cláudio Stábile, para que pudéssemos começar um trabalho de fortalecimento da nossa classe, de fortalecimento e reconhecimento do papel do advogado como essencial à Justiça e como a presença fundamental dentro da garantia do Estado Democrático de Direito.

Então, desde esse primeiro momento, eu; o Cláudio; o Léo Capataz, Dr. Leonardo Pio, falo Léo Capataz; e o Dr. Mauricio Aude temos sempre mantido um contato estreito, exatamente para que a classe entenda e sinta que tem um Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, entre outros colegas. Têm alguns que me passam pela memória, mas não quero ser injusto de esquecer alguns nomes. Dentre outros colegas Deputados, eu assumi um compromisso com a OAB, assumi um compromisso com o Cláudio e assumi um compromisso com os colegas advogados do Estado de Mato Grosso. E quero que os colegas sintam, Cláudio, no Deputado Emanuel Pinheiro um legítimo representante dos interesses da nossa classe, da nossa instituição e da OAB de Mato Grosso aqui na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Então, com esse mesmo intuito e nessa mesma posição recebi a visita do Ulysses com os membros da OAB Jovem e Independente, que trouxeram exatamente uma aspiração, já existente em outros Estados Brasileiros, da fixação do piso salarial do advogado empregado privado, ou seja, do advogado que também trabalha nos escritórios de advocacia, uma matéria necessária, mas não menos também polêmica, porque devemos não só garantir essa valorização, esse reconhecimento dos nossos colegas, principalmente dos jovens que se formam e não têm a mesma oportunidade de um lugar ao sol no nosso mercado de trabalho, mas também ouvir quem tem um escritório, uma estrutura montada, uma estrutura formatada e que possa contribuir para um projeto de lei que venha, realmente, a convergir dentro do interesse da classe, dentro dos interesses da OAB, Seccional do nosso Estado de Mato Grosso.

Então, com esse objetivo de ciscar para dentro, de valorização da classe, de valorização do colega advogado, principalmente eu, que participei ativamente em boa parte das composições salariais das categorias de servidores públicos no Estado... E se olharmos o salário base do nível médio, podemos enxergar que é muito além, é bem mais valorizado do que o advogado, o colega advogado que trabalha hoje, por exemplo, em um escritório de advocacia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Então, eu acho que a postura dessa Audiência Pública é, inclusive, mais para ouvir do que para falar: ouvir a minha Ordem, mas ouvir os idealizadores, que são os jovens advogados, ouvir os representantes de escritórios de advocacia e ouvir os colegas advogados de uma maneira em geral.

Essa proposta não é pronta e acabada. Queremos fazê-la em comum acordo com a OAB e em comum acordo com todos os colegas advogados, liderados por quem teve a coragem de empunhar a bandeira, que foi a OAB Jovem e Independente.

Então, com esse intuito de união, de convergência e de consenso, quero passar a palavra para o Dr. Ulysses Lacerda Moraes, que vai exatamente defender, em nome da OAB Jovem e Independente, a proposta a nós apresentada... Desculpem-me. Dr. Ulysses Lacerda Moraes, representante do grupo OAB Jovem e Independente, que vai defender a proposta levada ao nosso gabinete e por nós lançada para debate aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, o Dr. Ulysses Lacerda Moraes.

O SR. ULYSSES LACERDA MORAES - Boa-tarde a todos!

Eu cumprimento as autoridades e todos aqui presentes em nome do Deputado Emanuel Pinheiro.

Eu venho aqui falar um pouco do grupo e do nosso Projeto que foi encaminhado.

O presente grupo, que possui como Conselheiros os Advogados: Ulysses Lacerda Moraes, Maurício Magalhães Faria Neto, Rodrigo Félix Cabral, Luiz Felipe Medina, João Ricardo Vaucher e Ricardo Spinelli, se reuniu por diversas vezes, bem como fez vários estudos, elaborou uma sugestão de Projeto de Lei, juntamente com uma justificativa para sua implementação, e fez, após sua elaboração, um requerimento à OAB/MT para que o assunto fosse levado à discussão. Esse Projeto foi aprovado à unanimidade no Conselho Estadual da OAB.

Quanto ao Projeto de Lei, para sanar algumas dúvidas quanto aos vícios, conforme estabelecido na legislação vigente, eu cito a Lei Complementar nº 102/2000, que define competência do Poder Executivo para legislar sobre o piso salarial de que trata do inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, sanando, assim, a parte técnica.

A discussão do piso salarial para o advogado contratado no âmbito privado é um tema que pode ser visto de diversas maneiras. Nós podemos ter uma visão mais curta dizendo que seu impacto será mínimo, apenas, para instituir um valor de difícil fiscalização ou ter uma visão menor, ainda, dizendo que esse piso será considerado como teto. O que não parece entender os profissionais que possuem essa visão é que o presente não visa tão somente dar ao profissional o valor que ele merece, mas assegurar o mínimo de dignidade ao jovem advogado que entra, hoje, no mercado.

Diante disso, jovens advogados e advogadas, doutores do agora, membros de uma classe imprescindível à Justiça ou era para ser assim, vivem, hoje, diante de uma realidade que está aquém do verdadeiro e real significado da profissão. O advogado, com doravante significado de defensor, é detentor de um papel maravilhoso na sociedade: trata de assegurar a Justiça. Deve ser o verdadeiro guardião de tal.

Tem-se observado a frustração de muitos colegas que, ao ingressarem na Faculdade de Direito com o espírito de seriedade e a essência de fazer o justo, se deparam com uma triste realidade: são de hora em hora os escândalos e vergonhas que nos entristecem e alcançam um ápice de estagnação com tamanha injustiça e omissão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Está na hora de mudar, de reviver esse espírito que foi apagado durante anos de faculdade e de exercício da profissão. Chega de jeitinhos; chega de facilidades; chega de influências; chega de comércio de decisões e trocas de favores. Já estamos cansados! Ingressamos, hoje, em um mercado que se encontra, em grande parte, corrompida pela desonestidade e falta de caráter. Nós, defensores da Justiça, devemos lutar por essas mudanças. Nós devemos com os nossos próprios passos buscar essas mudanças.

Vive-se não só em um mercado corrompido, mas em uma sociedade corrompida. E achamos comum!

Desculpem-me, mas eu sinto repúdio ao ouvir que jeitinhos e facilidades fazem parte da cultura do brasileiro. Eu sinto repúdio ao ouvir que jeitinhos e facilidades fazem parte da educação do brasileiro. Podem até fazer, mas não da minha e acredito que não de muitas de vocês que estão aqui, hoje.

Os brasileiros, hoje, se encontram desiludidos e já perderam a esperança há anos. E lhes dou toda razão. Afinal, nós, que deveríamos ser os maiores exemplos de cidadãos, aqueles que asseguram a eficácia da lei, já fomos alvos de acusações e até condenações. Nós chegamos ao ponto de sermos comparados aos rábulas de antigamente que tinham a imagem tão ruim como a dos traficantes de hoje em dia.

Como pensar em uma mudança na sociedade sem primeiro moralizar a classe que deveria ser o exemplo?

Há algum tempo, em alguma parte da história, fomos a esperança da sociedade. Eu e o grupo OAB Jovem e Independente nos comprometemos a gastar até a última gota do nosso suor para reviver essa esperança.

Eu não culpo ninguém; não julgo ninguém, mas me dou ao direito de me entristecer pelo que vejo.

Eu termino pedindo a Deus que tenha piedade de nós e não nos dê o mesmo destino de Sodoma e Gomorra, pois não sei se estamos tão distantes da realidade que lhes pertencia.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Depois das palavras do Sr. Ulysses Lacerda Moraes, eu quero aqui fazer uma retificação: eu acho que falei Maurício Guimarães, mas é Mauricio Magalhães. O Maurício Guimarães é Secretário da SECOPA. É Mauricio Magalhães, filho do grande Maurício Magalhães, que foi nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, homem honrado, de uma família muito querida e honrada.

Eu gostaria, neste momento, após a fala inspirada do Dr. Ulysses Lacerda Moraes, jovem Ulysses, falando, primando pela valorização da profissão, que é a única expressamente na Constituição considerada como indispensável para a administração da Justiça... Por isso mesmo, temos que tratá-la com essa paixão, com esse amor, com esse idealismo, porque o que queremos é o fortalecimento e a valorização da profissão de Advogado.

Eu quero aqui saudar, apesar de já ter saudado em nome do Ulysses, e registrar a presença dos representantes do grupo OAB Jovem e Independente que esteve por várias vezes em nosso gabinete, Cláudio, discutindo essa matéria e outras propostas que pretende empenhar daqui para frente. Todos terão do nosso gabinete, da nossa pessoa, total apoio aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

São os Advogados: Rodrigo Félix Cabral, Maurício Magalhães Faria Neto, João Ricardo Vaucher, Luiz Felipe Medina e Ricardo Spinelli.

Obrigado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Registro a presença de todos e agradeço pela organização da Audiência Pública.

Eu passo a palavra, agora, ao Presidente da OAB/Mato Grosso, Dr. Cláudio Stábile Ribeiro.

O SR. CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO - Nossa saudação inicial ao Deputado Emanuel Pinheiro que em boa hora colocou a Assembleia Legislativa à disposição para o debate, pois essa questão do piso salarial do advogado passa pelo debate de uma lei estadual.

O Deputado Emanuel Pinheiro tem sido um parceiro da OAB em todas as questões que envolvem a advocacia, em todos os debates. O gabinete do Deputado Emanuel Pinheiro está sempre aberto aos advogados. Aliás, o Deputado Emanuel Pinheiro é Advogado, é Professor e tem honrado seu mandato com um grande trabalho.

Parabéns, Deputado Emanuel Pinheiro!

A OAB está à disposição para as parcerias que forem necessárias.

Os meus cumprimentos a todos os integrantes da mesa; aos integrantes da nossa gestão: Maurício, Léo Capataz, Bruno, Castro.

Saudação ao Ulysses Lacerda Moraes e aos membros do grupo OAB Jovem e Independente.

Minhas saudações a todos os colegas advogados, estagiários, estudantes de Direito, senhoras e senhores.

Eu quero aqui demonstrar a minha satisfação pela participação do grupo OAB Jovem e Independente.

Quando nos procuraram, na OAB, imediatamente foram atendidos; imediatamente iniciamos um diálogo importante em que levaram críticas, sugestões, propostas, ideias.

Essa gestão da OAB tem andado por todo o Mato Grosso para justamente ouvir os advogados, saber quais as expectativas; quais as reivindicações; quais as críticas; quais as ideias e todos aqueles que têm uma visão construtiva da entidade estão sendo ouvidos.

As propostas para melhorar a advocacia são sempre bem-vindas!

Eu vejo aqui a ex-Presidente da Subseção de Juína, Dr^a Selma Guimarães, que muito nos honra com a sua presença! Nós acabamos de voltar de Juína, onde implantamos uma Pós-Graduação de Direito Constitucional, e ela nos traz a notícia da alegria dos advogados em receber, pela primeira vez, a Pós-Graduação.

Outras Pós-Graduações estão sendo implantadas em todo o Mato Grosso e é essa sempre a nossa visão: construir, fazer pela advocacia, fortalecer a entidade e fortalecê-la. Este é o objetivo número um da gestão.

Nós ficamos felizes, Dr^a Selma, com as notícias que nos trouxe de Juína em relação ao bom andamento do Curso de Pós-Graduação.

Gostaria de falar ao Ulysses e a OAB Jovem e Independente que essa indignação de vocês é a nossa também.

Quando tomamos posse nessa gestão, início do ano de 2010, em Mato Grosso se falava todos os dias no fórum, nas ruas, nos bares, que aqui se vendia sentença até por meio de *office boy*. Em 2010, talvez, vocês ainda estavam na faculdade, muitos ou, talvez, todos.

Quando tomamos posse, nós fomos ao STJ com uma comitiva da OAB, e lá, junto com alguns conselheiros federais e estaduais, pedimos aos Ministros, que estavam com processos de investigação contra membros do Judiciário de Mato Grosso, que nós precisávamos de uma resposta.

Lá fomos muito bem atendidos pelo Ministro João Otávio Noronha, que é egresso da OAB, e logo após, em 2010, tivemos a operação ASAFE em Mato Grosso, justamente, com o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

intuito de combater a venda de sentença, com a prisão de diversas pessoas, instauração de processos contra advogados envolvidos e afastamento de magistrados.

Em todas as nossas manifestações nessa gestão, defendemos o STJ, estivemos em Brasília em defesa dos Poderes do CNJ. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, para fortalecimento da sociedade brasileira, assegurou os plenos poderes do CNJ.

Em todos os momentos em que foi necessária a presença da OAB, ela esteve presente, porque esta indignação é também dos advogados, da sociedade e de todos aqueles que trabalham honestamente, que vivem da advocacia e que precisam de um judiciário funcionando corretamente, com ética e realizando justiça.

Portanto, é muito bom que jovens como vocês estejam se manifestando, estejam com projetos importantes e queiram participar de forma positiva da vida jurídica do Estado. E podem ter certeza que para jovens como vocês as portas estarão sempre abertas, seja na OAB, seja na Assembleia Legislativa, como o Deputado Emanuel Pinheiro já disse, e é desse debate limpo e transparente que a sociedade pede e precisa.

Em relação especificamente ao projeto do piso salarial, nós ficamos duplamente felizes quando esse projeto nasceu no seio da jovem advocacia. Esse projeto foi concebido por advogados que estão iniciando a profissão, que saíram da faculdade, estão iniciando a profissão e conhecendo melhor do que qualquer um essa realidade, porque vivem, no dia a dia, essa realidade e trouxeram à entidade esse projeto.

Quando nós recebemos vocês recebemos, recebemos com muita alegria e satisfação e imediatamente levamos à Comissão do Jovem Advogado da OAB Mato Grosso a matéria. A Comissão do Jovem Advogado se reuniu com o Movimento OAB Jovem Independente, debateu a questão e surgiu um parecer para o conselho, já que o órgão soberano é eleito pela classe e o órgão que deve efetivamente aprovar as proposta é o Conselho. Então, foi levado ao Conselho, onde os membros da OAB Jovem Independente tiveram a oportunidade de lá estarem presentes e, inclusive, debater com os Conselheiros todas as questões. Por unanimidade, o Conselho da OAB aprovou a proposta, entendendo que ela atende a realidade de Mato Grosso, já que, por força de lei, esse piso salarial depende da Lei Estadual até para que se discuta a realidade de cada Estado.

Portanto, esse debate da OAB Jovem Independente, Comissão dos Jovens Advogados da OAB Mato Grosso, Conselho Estadual... E mais, durante a tramitação, a Comissão dos Jovens Advogados consultou Presidentes de Subseções, Conselheiros, diversos advogados de Cuiabá e do interior, buscando chegar a um valor que representasse a realidade. Não adianta fixar um valor fora da realidade. É um início, um primeiro passo que está sendo dado muito importante.

No andamento desse trabalho, deve-se destacar o trabalho do Bruno Oliveira Castro, Presidente, da Comissão do Jovem Advogado; Carlos Rafael Gomes de Carvalho, Secretário Geral da Comissão do Jovem Advogado da OAB Mato Grosso.

Um estudo que foi realizado pelo Conselheiro Geandre Bucair, que já foi Presidente da Comissão do Jovem Advogado em gestões anteriores e que fez um amplo estudo, inclusive, em relação a outros Estados; como esta esse debate em outros Estados; quais os patamares e um parecer bem fundamentado, utilizando, também, o parecer elaborado pela Comissão do Jovem Advogado.

O Presidente da Comissão do Jovem Advogado, Bruno Castro, tenho certeza, vai se manifestar e pode dar mais detalhes sobre isso. O Conselheiro Geandre Bucair também pode se manifestar e passar a todos como se deu esse estudo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Não pretendo me alongar, porque a Audiência Pública pretende ouvir a todos que querem se manifestar, mas, Deputado Emanuel Pinheiro, transmita à Assembleia Legislativa o apoio da OAB a essa decisão por unanimidade do Conselho Estadual em apoio a esse Projeto, esse Projeto que por força de lei terá que ser remetido pelo Governador do Estado, que é a origem legislativa do processo legislativo.

Contamos com o apoio da Assembleia Legislativa no sentido de aprovar, o mais urgente, o mais rápido possível esse Projeto, que é um Projeto que nasceu no seio da Jovem Advocacia de Mato Grosso, essa Jovem Advocacia que, com certeza, fará uma OAB do futuro, uma OAB cada dia mais forte, cada dia mais respeitada, tem projetos, tem ideias, tem críticas positivas, tem críticas construtivas.

Continuem assim, porque temos certeza que a entidade no futuro, nas mãos desses jovens advogados estará muito bem conduzida, porque vocês, realmente, estão tendo uma participação fundamental neste momento.

Obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Obrigado, Dr. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente da OAB Mato Grosso, fazendo a sua manifestação, não só em relação à Audiência Pública, ao tema da Audiência Pública ora em discussão, como também do estímulo, da parceria, do incentivo ao Jovem Advogado e ao próprio exercício da advocacia como verdadeiro múnus público, que muito nos honra, que muito nos orgulha.

Gostaria também de ouvir a palavra do Dr. Bruno Oliveira Castro, Presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB Mato Grosso.

O SR. BRUNO OLIVEIRA CASTRO - Deputado Emanuel Pinheiro, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes, todas as autoridades; nobre Presidente da nossa classe, Dr. Cláudio Stábile, em nome de quem cumprimento todos os meus colegas, amigos advogados e advogadas; uma boa-tarde a todos os senhores.

Como já bem colocado pelo Dr. Ulysses Moraes, pelo próprio Dr. Cláudio, esse projeto foi inspirado no Estado de Mato Grosso pelo Grupo OAB Jovem Independente, formado por inúmeros advogados, inúmeros colegas, alguns amigos, inclusive, que vêm trabalhando, inspirou e imaginou esse projeto, não com escopo político eleitoreiro, mas pensando verdadeiramente no próximo, pensando que nós temos um universo de faculdades no Estado de Mato Grosso, pensando numa gama de pessoas que iniciam o exercício da vida profissional da advocacia e, muitas vezes, não são valorizados, não conseguem exercer dessa maneira com dignidade a nossa tão nobre profissão.

A partir do momento que o Grupo OAB Jovem Independente apresentou esse projeto para o Presidente da OAB, ficamos com a atribuição de elaborar um parecer nesse sentido.

Como já colocado pelo Dr. Cláudio, é importante retratarmos, até porque o objetivo é debater, é refletir e enxergarmos a necessidade da implantação desse piso, nós tivemos algumas prudências: primeiro, verificar e constatar que existe piso salarial em inúmeros Estados do Brasil, a exemplo de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Acre e, o mais recente criado, no Distrito Federal. Temos também já em fase de implantação, porque já passou também pelo conselho das respectivas OABs, nos Estados do Piauí, do Pará e também em Pernambuco. Esse piso hoje também está sendo discutido no Estado da Bahia, logo mais deve ser discutido no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil daquela seccional.

Então, o Brasil inteiro passa por essa discussão, o Brasil inteiro vem fazendo e vem implementando o piso salarial para o advogado contratado privado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Pois bem, não teriam outra razão, não teriam um porque nós também não fazemos esse enfrentamento, fugirmos desse debate. Não haveria motivo para isso. Em muita boa hora esse grupo trouxe para nós essa possibilidade de discutirmos e buscarmos qual seria um valor viável para a implantação desse piso no Estado.

Eu não posso ser omissa e teria que registrar para os senhores que o Conselho Federal da OAB já iniciou um grande trabalho nesse sentido, mas chegou-se à conclusão no passado de que não seria possível estabelecer um piso nacional por conta das peculiaridades de cada região.

Não temos com dizer que a Advocacia e a remuneração no Estado de Mato Grosso é o mesmo tipo de advocacia e de remuneração do Rio de Janeiro, do Estado de São Paulo e de outros Estados.

Então, existem essas peculiaridades e obviamente entendeu-se que cada Estado deveria, então, proceder a um estudo, verificar a sua realidade e a partir dessa realidade conseguir fazer essa implementação.

Pois bem, no ano passado na Comissão Nacional dos Jovens Advogados, chamado de Comissão de Advogados em Início de Carreira do Conselho Federal, da qual todos os Presidentes de Comissão de Advogados fazem parte, foi aprovado por unanimidade a criação de um piso salarial. Esse piso na verdade vai ser uma recomendação do Conselho Federal a todas as Seccionais e essas Seccionais, perdão o Conselho Federal, então, está hoje discutindo isso nas Comissões Nacionais, na Assessoria Jurídica e em breve deve fazer essa recomendação.

Obviamente que, passando por essa implementação antes de vir uma recomendação do Conselho Federal, vamos sair na frente e vamos servir de exemplo a muitos outros Estados. Eu não tenho dúvida de que o Grupo que pleiteou e idealizou está fazendo história desde o início da profissão na Advocacia do Estado de Mato Grosso. Eu não tenho nenhuma dúvida sobre isso. E, diga-se de passagem, uma história positivista, porque ela trata do mais nobre sentimento ao próximo, o de valorização ao próximo, ao exercício da nossa profissão.

Infelizmente nos deparamos com aviltamentos dos honorários praticados no Poder Judiciário. O Conselho Federal da OAB, juntamente com inúmeras Seccionais, iniciou um trabalho de valorização da Advocacia, e esse inclusive foi o *slogan* do nosso Grupo, quando iniciamos a gestão, no último processo eleitoral: Valorizando a Advocacia ou Pela Valorização do Advogado, senão me engano.

Pois bem, em nível de Brasil já existia toda uma campanha de aviltamento dos honorários, na verdade, contra o aviltamento praticado por muitos Juízes, que às vezes na prática, na incidência dos honorários de natureza sucumbenciais, colocam honorários ínfimos, mas às vezes nós, de forma muito pior, promovemos aviltamento com os nossos colegas que estão iniciando na profissão, ou mesmo com um colega que tem anos e anos de profissão e não consegue receber uma remuneração digna.

Nós temos notícias de muitos escritórios que pagam pouco mais de um salário-mínimo para o advogado.. É isso mesmo! Pouco mais de um salário-mínimo! Nós estamos falando de uma remuneração de R\$800,00 ou R\$900,00 reais.

Se pararmos para fazer aqui uma rápida análise, constatamos que Mato Grosso, hoje, forma, mais ou menos, dois mil e quinhentos bacharéis por ano, dois mil e quinhentos bacharéis! A maior parte desses bacharéis sai das instituições privadas.

A título de exemplo: na Universidade de Cuiabá, uma mensalidade, hoje, custa R\$900,00 reais, valor este muitas vezes superior à remuneração de muitos advogados. Tem advogado que não conseguiria hoje pagar a própria faculdade. Vai conseguir pagar um curso de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

especialização? E se ele estudou através de um financiamento educacional, do FIES, por exemplo, ou de qualquer outra linha de crédito educacional? Ele não conseguirá sobreviver! É ínfima, é uma remuneração desrespeitosa que afronta o simples Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, esculpido na Constituição Federal.

Não podemos nos quedar inertes e continuar permitindo essa prática no mercado.

Muitos escritórios vão falar: “Na verdade, esse piso vai ser um teto. Eu vou pagar os R\$1.800,00, que é a proposta para as oito horas diária, e isso será um teto.” Não! Não será um teto. O bom profissional vai conseguir se diferenciar. E o bom profissional que aspira maiores degraus na vida profissional não vai se limitar a essa remuneração. Ele vai galgar voos maiores. Isso é natural e vai acontecer.

Nós precisamos regular o mercado, precisamos valorizar o início da profissão.

O Deputado Emanuel Pinheiro foi nosso colega por um bom tempo na docência e tenho certeza que em breve voltará a conviver conosco, assim que tiver um tempo na sua agenda, porque sei que é um grande apaixonado pela sala de aula e um grande inspirador de muitos alunos.

Nós sabemos que ao chegar a uma sala de aula e perguntar a um aluno o que ele quer da vida profissional, muitos respondem. No primeiro semestre, acabam até respondendo que querem ser Ministros. E não deixa de ser um grande sonho, uma aspiração. Mas muitos querem ser Juizes, Promotores, Delegados e a advocacia acaba sendo a última das profissões que ele quer exercer. Por quê? Porque ele não se sente seguro, porque ele não se sente estável, porque ele não consegue enxergar a nobreza da nossa profissão. Ela propicia tudo isso, mas, para que ela possa ser exercida com dignidade, nós precisamos fixar, implementar esse piso imediatamente.

Não estamos falando de um piso fora da realidade. Nós consultamos inúmeros escritórios, consultamos conselheiros da Ordem, consultamos Presidentes de subseções para entender a realidade do Estado, até porque podemos ter relações distintas dentro do Estado, que tem uma geografia continental. Mas o valor que chegamos como justo é de mil e cem reais, quatro horas; e de mil e oitocentos reais, numa jornada de oito horas ou quarenta horas semanais.

Se pararmos para pensar, é pouco, diga-se de passagem, é muito pouco! Mas já é um início e é um início saudável, positivo, porque começamos a valorizar efetivamente a nossa profissão.

Para entendermos um pouco mais o lugar, aliás, como vive uma pessoa desvalorizada, temos que nos colocar no lugar dela. Não tenho dúvida que muitos de nós conseguem por vezes alcançar uma remuneração maior, mas e o próximo, que é a maioria do mercado?

Para os senhores terem uma ideia, nos últimos três anos, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso, entregou de habilitação para o exercício da advocacia, chamado de Cartão ou Carteira de Advogado, nos últimos três anos, mais de três mil. Então, nós temos mais de três mil jovens profissionais nesse mercado, muitos entrando numa fase de frustração, e é nosso dever fazer diferente.

Eu gostaria de finalizar, na verdade, homenageando o pai de um grande amigo nosso, o pai do Vice-Presidente da Comissão de Processo Civil, Dr. Welder Queiroz dos Santos, cujo pai é juiz da Turma Recursal Única, Dr. Valmir Alaércio dos Santos, que, numa decisão, Deputado, falou de uma forma muito distinta sobre os honorários advocatícios. Era uma ação que versava sobre a legalidade ou não na incidência de honorários advocatícios, e eu tenho certeza que o texto dessa decisão se amolda perfeitamente ao que aqui está sendo debatido e discutido.

O Dr. Valmir disse que “todo trabalho é abençoado”, e a referida palavra “trabalho” na Bíblia é citada cento e setenta e quatro vezes no singular e cinquenta e nove vezes no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

plural. E segundo o Livro Sagrado, quem trabalha tem direito de receber pelo seu labor. No Antigo Testamento pode ser citado o seguinte trecho: “Não atrase o pagamento de quem trabalha para você”. E no Novo Testamento, a parábola contada por Jesus Cristo sobre os trabalhadores diz o seguinte: “Quando chegou a tarde, o patrão disse ao Administrador: ‘Chame os trabalhadores e pague uma diária a todos’.” Isso está em Mateus. Dessa forma, quem trabalha tem direito de receber pelo seu esforço. O Advogado, a Advogada, o jovem Advogado principalmente, para começar na vida profissional, precisa ter reconhecido o seu valor, o seu estudo, o seu tempo dedicado.

Nós representamos o que é mais importante neste País e neste mundo: a sociedade.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Após a palavra do Dr. Bruno de Oliveira Castro, Presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB, ouviremos a palavra do Vice-Presidente da OAB Mato Grosso, Dr. Mauricio Aude.

Lembrando que estamos com transmissão ao vivo pela TV Assembleia Legislativa para todo o Estado de Mato Grosso.

O SR. MAURÍCIO AUDE - Boa tarde a todos!

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Emanuel Pinheiro e agradecer-lhe por abrir as portas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para discutirmos um tema que é tão caro à advocacia mato-grossense, especialmente aos advogados em início de carreira.

O Deputado Emanuel Pinheiro tem sido, assim como disse o Dr. Cláudio Stábile, bastante receptivo aos anseios, aos reclamos, aos interesses da advocacia mato-grossense.

Deputado, Vossa Excelência sabe melhor do que eu que, quando falamos de improviso, nos preocupamos, às vezes, em querer falar tudo aquilo que desejamos. Então, uma das táticas é sempre fazer algumas anotações. E eu, como um jovem advogado, trouxe o meu *iPhone* e fiz algumas anotações no aplicativo Notas, para não me esquecer de tudo aquilo que tenho que falar. Então me desculpem se, às vezes, eu olhar para baixo, para não me esquecer de todos os tópicos.

Gostaria de cumprimentar também o Presidente. Cláudio Stábile e, em sua pessoa, pedir licença para cumprimentar todos os membros da mesa, especialmente o Dr. Leonardo Pio da Silva Campos, Presidente da Caixa de Assistência; e o Dr. Bruno de Oliveira Castro, Presidente da Comissão do Jovem Advogado.

Gostaria de cumprimentar todos advogados presentes, na pessoa do Conselheiro Geandre Bucair, que foi o Conselheiro Relator da matéria, que, com seus argumentos, levou à aprovação por unanimidade do tema de fixação do piso salarial para o advogado no Estado de Mato Grosso. Parabéns pelo brilhante trabalho, Conselheiro Geandre Bucair.

Gostaria de cumprimentar todas as advogadas presentes, na pessoa da Dr^a Selma Guimarães, ex-Presidente da subseção de Juína, que, como disse o Dr. Cláudio Stábile, apesar de hoje não estar à frente da Diretoria, tem batalhado, como todos os advogados devem fazer, pela valorização da advocacia como fez com denodo quando lutou para que nós levássemos um Curso de Pós-Graduação para a longínqua Juína. Ficamos muitos felizes quando, há um mês ou um pouco menos, pudemos levar o curso a essa cidade.

Eu gostaria de fazer meus cumprimentos especiais a todos os membros do grupo OAB Jovem e Independente, esse grupo que nasceu da união de amigos recém-formados. E quando eu digo recém-formado eu estou falando de advogados que se formaram há, mais ou menos, dois ou três meses, se não engano. Isso mostra a força e a união da juventude e a ideia desses jovens de que eles podem, sim, colaborar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Eu gostaria de destacar o trabalho desse grupo OAB Jovem e Independente nas pessoas primeiramente do Dr. Ulysses Lacerda Moraes...

Eu tenho certeza, Dr. Ulysses, que seu pai, Naime Moraes, hoje, deve ter colocado um pezinho há mais no sapato para não sair inflado e voando nesta sala, porque tenho certeza do orgulho que está sentindo de você, especialmente por se tratar de um advogado que sempre teve opinião; que sempre se manifestou e teve a intenção de trabalhar em favor da advocacia.

A sua emoção em falar da advocacia nos emociona. Pode ter certeza disso!

Eu gostaria de cumprimentar, também, o Sr. Maurício Magalhães Neto, que esteve, juntamente com o Dr. Ulysses e com os jovens advogados que estão aqui presentes, em uma reunião comigo e com o Presidente Cláudio Stábile.

Parabéns pelo trabalho; por estar juntamente com o Sr. Ulysses e seus colegas comandando esse grupo de jovens advogados.

Os senhores sabem que as portas da Ordem estão abertas. Muitos de vocês já fazem parte da nossa Comissão do Jovem Advogado da OAB.

Eu tenho certeza que assim como o Sr. Naime, o seu pai, Maurício Magalhães, também, está muito orgulhoso de sua atuação.

Eu gostaria de cumprimentar todos os membros da Comissão do Jovem Advogado da OAB, na pessoa do Presidente Bruno de Oliveira Castro, que vem inovando desde o começo da sua gestão nos trabalhos da Comissão provendo todos os jovens advogados de um curso que nós intitulamos: O Dia de Formação do Advogado quando todos os meses nós debatemos com aqueles que receberão suas Carteiras da OAB quais são as dificuldades, quais são os prazeres, qual é a dor e a delícia de ser advogado. Tem sido muito importante esse contato no dia-a-dia com os advogados de início de carreira.

Parabéns Bruno, por ter recepcionado a ideia do Grupo OAB Jovem e Independente!

Eu sei, Bruno, e gostaria de registrar que esse tema já vem sendo debatido por você nos colégios nacionais desde o começo da sua gestão, que é a importância de se fixar um piso salarial para os advogados em início de carreira.

Eu serei breve!

Eu gostaria de iniciar comentando sobre uma passagem: no ano passado nós convidamos o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Conselho Federal, Cezar Britto, para vir a Cuiabá falar aos Presidentes de Comissões sobre a importância das Comissões na OAB.

Ele dizia na abertura daquela reunião, daquele bate-papo, que uma gestão não deve ter um marco. Ao final da gestão, o Presidente não pode chegar e dizer o seguinte: o marco da minha gestão foi a atenção aos jovens advogados; o marco da minha gestão foi a defesa das prerrogativas; o marco da minha gestão foi o combate à morosidade do Poder Judiciário. Uma gestão que tem um marco só traz a impressão de que se fez uma coisa.

Então, o mais importante para uma gestão é ter vários marcos. E esse é efetivamente um dos marcos; esse é um momento, como disse o Presidente da COJAD, Bruno Castro, histórico. Marco é tudo aquilo que nos marca, tudo aquilo que é marcante. E foi marcante o dia que o Presidente Cláudio Stábile e eu recebemos esse grupo de jovens advogados na OAB com a proposta de criação de um piso e o pedido de apoio da Comissão do Jovem Advogado e da Diretoria da Seccional a essa ideia. Nós víamos ali a união de jovens advogados com brilho nos olhos, a juventude querendo fazer aquilo que o Bruno Castro falou: lutar pelos seus Pares. O que nós verificamos ali foi a presença de espírito público e o corporativismo na melhor acepção da palavra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Eu gostaria de, lembrando desse momento marcante, mais uma vez, parabenizá-los pela iniciativa.

Como não poderia deixar de ser, a OAB/Mato Grosso encampou a ideia. Como eu disse, que já vinha discutindo em âmbitos nacional e estadual a questão do piso salarial e emitiu um parecer brilhante à Comissão do Jovem Advogado e não menos brilhante foi o voto do Conselheiro Geandre Bucair que foi aprovado à unanimidade no Conselho Seccional.

O apoio da Ordem a esse movimento, o apoio da Ordem ao estabelecimento do piso, na verdade, é um prosseguimento do trabalho que a gestão vem fazendo em favor do jovem advogado.

Nós mantivemos a anuidade escalonada, como prometemos, e, mais do que isso, do ano passado para cá a primeira anuidade foi diminuída. O valor da anuidade foi diminuído por conta de um trabalho de austeridade e responsabilidade financeira. Isso foi possível para beneficiar o jovem advogado.

Recentemente, a Caixa de Assistência dos Advogados firmou, em nível nacional, um convênio com a Caixa Econômica Federal que permite a todos os advogados, especialmente àqueles mais jovens, obter financiamentos com juros diferenciados para mobiliar o seu escritório, para reformar ou construir o seu escritório, para fazer um curso de pós-graduação. Essa é a atenção que queríamos e que, graças a Deus, estamos conseguindo dispensar à jovem advocacia.

Mais do que isso, que eu acho mais importante até, abrimos as portas da OAB aos jovens advogados. E aqui nós temos quatro exemplos: as comissões da OAB, hoje, as quarenta comissões temáticas, em sua maioria, são presididas ou têm na diretoria jovens advogados.

E aqui nós temos: Felipe Amorim, da Comissão de Estudos Constitucionais; Welder Queiroz, Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil; Ricardo Turbino, Presidente da Comissão Civil e Processo Civil; e Rodolfo Soriano, da Comissão de Acompanhamento Legislativo. E todos advogados em início de carreira que tiveram as portas da Ordem escancaradas, assim como para todos os senhores da OAB Jovem e Independente para que venham se somar à Ordem dos Advogados do Brasil.

Enfim, Deputado, tenha a certeza que levando isso a debate no âmbito da Assembleia Legislativa estará contribuindo para uma maior dignidade da profissão de Advogado em início da carreira.

Muito obrigado, mais uma vez, por abrir as portas e estamos à disposição de todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Após as palavras do Vice-Presidente da OAB/Mato Grosso, Dr. Maurício Aude, vamos começar a ouvir outros inscritos mesclando, como é hábito desta Casa democraticamente mesclar a mesa e plateia.

Vamos passar à plateia, ouvindo a Dr^a Luciana Serafim, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso.

Com a palavra, a Dr^a Luciana Serafim.

A SR^a LUCIANA SERAFIM - Boa-tarde a todas as advogadas e advogados aqui presentes, estagiários e acadêmicos.

Boa-tarde, Presidente da mesa, querido amigo Deputado Emanuel Pinheiro; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cláudio Stábile, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da mesa como Presidente da nossa honrosa Casa, de todos nós, advogados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Em especial, eu cumprimento aqui o Dr. Ulysses Lacerda Moraes, que representa o Grupo dos Jovens Advogados que nos propôs esta discussão há muito já acalentada nos corredores dos fóruns, nos corredores dos encontros dos advogados.

Nós tivemos aqui jovens advogados mostrando realmente a que vieram e a grande contribuição que tem para a nossa classe.

Cumprimento também, de uma forma muito especial e carinhosa, o Dr. Naime, querido amigo, Advogado aguerrido. Pelo que vimos aqui, não nos ensinou apenas, porque o Generoso sempre esteve nos auxiliando, mas, também, nós vemos, aqui, no Ulysses um gene muito valioso, passado do pai para o filho, que conseguiu aí contagiar vários colegas nessa luta em prol da classe.

Deputado, desde a hora que cheguei aqui ainda não tive acesso ao projeto em si para debater a respeito dele ou qualquer proposta referente à alteração ou acréscimo.

Alguns colegas da Comissão me apresentaram um esboço, que havia sido encaminhado para a Ordem, e dentro dele me pontuaram, também, que havia ocorrido algumas alterações com relação aos valores. Mas o texto final, que foi encaminhado, eu não tive acesso.

Quando eu vi a questão sendo colocada desde o momento que esses jovens levantaram no *facebook* e fizeram o encaminhando à Ordem, eu passei a ter uma análise a respeito propriamente dito do piso salarial, de como isso poderia ser debatido. E tem que ser muito debatido entre nós Advogados, porque aqui nós somos os operadores da lei; temos acesso a toda essa gama de legislação e temos que ser responsáveis por leis que realmente tenham fundamento, por leis que possam ser aplicadas com termos realmente corretos, até porque existem muitas que não são assim infelizmente.

Mas, alguns colegas, debatendo a questão, também, pelos corredores e mais, inclusive, na Justiça do Trabalho, onde eu tenho maior atuação como Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas, alguns e até aqui mesmo me questionaram sobre a constitucionalidade da lei, se não seria competência da União e se haveria mesmo a possibilidade de o Estado estar legislando a respeito.

Eu acredito que é isso que nós temos que debater aqui, é esse tema que está colocado e temos que levar muito a sério essa questão.

A constitucionalidade da lei é certa, porque houve um projeto de lei do então Presidente Fernando Henrique que possibilitou que os Estados pudessem vir a legislar sobre a questão. E essa Lei Complementar é de nº 103, do ano de 2000, que, como eu disse, possibilita essa situação.

Dentro dessa lei, e também analisando o art. 7º da Constituição Federal, pela justificativa, pela proposta que o Dr. Ulysses colocou para o nosso acesso no *facebook*, na nossa Constituição, no art. 7º, há tratativa a respeito da possibilidade de fixação de piso salarial.

E aqui, também, no início deste encontro, debatendo com os colegas, eu falei: nós temos que estar muito atentos à nomenclatura correta.

O Dr. Geandre, que atua comigo muito na Justiça do Trabalho, também, professor, estudioso da área e da doutrina, da jurisprudência, sabemos que na prática é muito comum utilizarmos: contrato de trabalho, contrato de trabalho, mas a terminologia em si, correta, é contrato de emprego, porque está gerando relações de emprego. E essa terminologia equivocada, que seria contrato de trabalho, nós verificamos, inclusive, em textos de leis, em decisões judiciais, até mesmo na própria Constituição nós vemos indicativos nesse sentido. Mas não é a terminologia correta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Por que eu trago isso à discussão? Porque quando nós falamos na questão de piso salarial - e isso eu estou colocando aqui por ser uma Audiência Pública com a finalidade justamente do debate... Não trago isso como algo impositivo, de forma alguma, mas para que possamos debater e chegar a uma conclusão, em conjunto, daquilo que realmente ficaria mais apropriado para essa legislação que eu acredito ser de suma importância.

Quando eu fiz esse levantamento, e aí eu gostaria de ler para os senhores qual foi a diferenciação apontada, inclusive, ao texto, extraída do Senado Federal, onde se aponta justamente a diferença entre piso salarial e salário profissional.

Ali diz o seguinte: “Salário profissional deve ser considerado...”. E aqui, no início, inclusive, diz: “Na maioria das vezes, as expressões salário profissional e piso salarial são utilizadas indistintamente”.

A lei dificilmente faz qualquer diferenciação entre elas e a própria Constituição Federal, no art. 7º, inciso V, garante aos trabalhadores piso salarial proporcional a extensão e a complexidade do trabalho, o que eu já havia dito aqui.

Ocorre que salário profissional deve ser considerado como a menor remuneração fixada em lei para uma determinada categoria, e o piso salarial, por sua vez, é a remuneração a que a categoria faz jus, estabelecida em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Então, quando aqui eu vejo: “Ah, não se trata do mínimo, não se trata de teto”. Nós não estamos visando à estipulação de um teto a ser pago a esse advogado, mas, sim, de um indicativo de um valor que seria o mínimo indicado para se garantir a dignidade do profissional na advocacia.

Entretanto, Deputado, eu trago como sugestão, até mesmo para um maior estudo da assessoria e também me coloco à disposição para aprofundar esse estudo, que haja a alteração. E aí, também, eu gostaria muito da discussão dos colegas que apresentaram essa proposta, que, tenho certeza, estudaram a fundo a respeito da questão, para que a terminologia mais correta para o que se objetiva realmente com essa legislação seria a terminologia “salário profissional”. Porque o salário profissional, repetindo, fixa em lei - que é o que nós queremos - um valor menor a ser pago àquela determinada categoria, e o piso, em si, essa terminologia “piso” só pode ser instituída por meio de acordo ou convenção coletiva.

O Conselho Federal da Ordem, por instrução normativa e até dentro do seu dever de agir por uma boa qualidade do ensino jurídico, instituiu por instrução normativa um valor indicativo, indicado como piso, porque aí a Ordem fez as vezes de sindicato, apresentou um valor por causa dos professores das faculdades de curso de Direito.

Há essa instrução normativa no Conselho da Ordem. Por quê? Porque ela estava visando àquela categoria de professores? Não. Naquele momento que a Ordem instituiu, via instrução normativa, um indicativo de piso para o professor, foi para ter mais um mecanismo de garantia da melhoria do ensino jurídico, para que tenhamos um ensino jurídico de qualidade. Foi mais uma tentativa, muito embora, infelizmente, na prática o que mais nós temos nos deparado, na sua grande maioria, é com o estelionato educacional que tem trazido uma série de consequências danosas para nossa sociedade, e não apenas para os colegas que ficam nos bancos acadêmicos tendo acesso àqueles conhecimentos e depois ficam impedidos de exercer a sua profissão em razão do exame de ordem, que eu entendo como extremamente necessário, mas que por meio dele, e até pelo último mesmo nós podemos extrair o baixo índice de aprovação, deixa muito claro que o que temos hoje não é uma educação de qualidade, é um estelionato educacional instituído.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

E nós, como advogados, enquanto instituições de classe, temos que ter todas as medidas para reverter esse quadro. E nós temos, sim, como fazê-lo. Nós temos mecanismos para fazer com que as faculdades mudem esse perfil.

A Ordem e o Conselho Federal têm tentado alterar essa situação, mas eles só têm o parecer opinativo para abertura de curso. Entretanto, os estágios profissionais que são obrigatórios nos cursos das faculdades, são obrigatórios -, sem ele a faculdade não pode funcionar, sem ele o aluno não se forma -, mas para que ele exista é obrigatório o parecer autorizativo da Ordem. Ou seja, nos temos, sim, uma ferramenta para tentar banir essa educação de péssima qualidade. Basta não emitir esse parecer autorizando o funcionamento dos núcleos, e também, dentro do nosso poder de fiscalização, retirar o parecer quando vemos que essas instituições não estão cumprindo a sua finalidade.

Retomando para o assunto em discussão, a primeira sugestão é justamente essa de alteração da nomenclatura para que tenhamos uma nomenclatura correta tecnicamente. A outra, muito embora tenha sido citada aqui, desculpem-me, não me lembro por qual dos meus antecessores, sobre uma vasta consulta perante a classe sobre o qual valor seria o ideal, eu acredito que essa consulta foi muito restrita. Pelo que eu vi, pelo que já discuti com os colegas no âmbito da Justiça do Trabalho, que é onde tenho uma maior atuação, nenhum de nós foi consultado.

Acredito que tem que ampliar. Nós temos que trazer e colocar em prática anseios e posicionamentos da classe. As discussões devem ser feitas, como está ocorrendo aqui na data de hoje, de forma democrática. Esse foi o objetivo deste grupo “OAB Jovem Independente”, esse foi objetivo do Deputado Emanuel Pinheiro ao nos chamar para a Audiência Pública e a nossa participação é extremamente importante, porque da mesma forma que tem direito o profissional de receber aquele valor, tem também o outro lado que vai pagar aquele valor. Então, todos nós temos que ser consultados, é questão que tem que ser debatida, se fosse o caso, inclusive através de uma assembleia dentro da nossa instituição, pela grande relevância do tema, e felizmente surgiram colegas valorosos e corajosos para trazê-lo ao debate.

Eu acredito que a Ordem tem todos os mecanismos, inclusive o *site* para fazer consulta, poderia ter colocado uma enquete para que os colegas opinassem, buscar alguma forma de consultar, de maneira mais ampla, a advocacia mato-grossense, porque as consequências do que aqui for instituído serão custeadas pela advocacia mato-grossense, seja pelo lado que recebe, seja pelo lado que vai pagar.

Nesse aspecto, entendo que nós temos que nos resguarda para os nossos colegas advogados, para nós, o mínimo de dignidade dentro da profissão. Isso, sim, é valorização da advocacia. Valorização da advocacia é quando nós olhamos para o advogado e tentamos, no mínimo, garantir um sopro de dignidade a esse colega, o que infelizmente hoje em dia nós não temos. É lamentável, é muito triste ver colegas que estão se afastando da advocacia por falta de condições de trabalho, por falta de condições de manter sua família, estão deixando a profissão para vender cachorro quente, vender espetinho, para vender *Mary Kay*. Tem uma colega que está vendendo Avon, está ganhando muito mais vendendo Avon, e falou: “Eu não vou voltar para advocacia”. Tem outra que vende Mary Kay e falou: “Estou tirando muito mais”.

Então, como nós chegamos numa situação... E essa tem sido a situação da grande maioria dos advogados do nosso Estado. Essa situação também é a situação da grande maioria dos advogados do nosso País. Essa questão é reconhecida no Conselho Federal, que tem buscado muitas medidas para tentar reverter esse quadro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

E por que eu digo dessa garantia mínima de dignidade? Porque eu acredito - e aqui é o espaço que eu tenho a dizer isso, porque não tive oportunidade, não fui consultada antes, e entendo o lado dos colegas -, no meu modo de ver, esse valor que está sendo apresentado não é o valor que garante a dignidade do advogado. Não é o valor que garante a dignidade do advogado!

Hoje, tem estagiários que estão ganhando isso. Como eu disse, tem colegas que estão vendendo Avon, Mary Kay cachorro-quente, outro colega que tem uma banca lá na feira do Recanto dos Pássaros, que tira muito mais do que R\$1.800,00.

Qual vai ser o nosso estímulo? Nós temos que fazer com que este advogado, que nós advogados, voltemos a ter orgulho de sermos advogados. Nós temos que resgatar o orgulho da advocacia, o orgulho de sermos advogados. Esse orgulho nosso está jogado no lixo, está massacrado, está pisoteado.

Hoje advogado não é nada para a nossa sociedade. E eu digo isso, não por minhas palavras, não, mas de uma pesquisa feita pelo Conselho Federal da OAB, analisando as instituições. Inclusive, nessa pesquisa a Ordem fica um pouco acima dos advogados, inclusive a nossa sociedade se esquece que a Ordem é composta por advogados.

Então, se há um respeito maior à OAB, esse respeito tem que ser estendido à advocacia, ao advogado, porque nós somos da OAB e nós merecemos respeito, nós merecemos dignidade, nós merecemos ter orgulho de sermos advogados - orgulho! Eu tenho esse orgulho! Mas é isso que nós vemos nos corredores? Onde o advogado está sendo tratado como lixo por servidores do Judiciário, por juízes.

Hoje, uma colega me ligou denunciando a Dr^a Maria Aparecida, do Juizado Especial, cujos processos estão todos atolados. Inclusive, é um dos focos do jovem advogado. Caminha para ele ter um retorno mais rápido, pelo menos, é isso que se espera ou que se esperava. Está aquela pilha de processos precisando de decisão, precisando que seja apreciado um pedido de liminar. E essa advogada foi ao gabinete, chegou o assessor e falou: “Olha, nem fala com a doutora.”. Ela falou: Não! Eu preciso falar, porque esse é o meu dever, eu estou aqui defendendo o direito do meu cliente. E quando ela conseguiu atravessar a porta para falar com essa Juíza, a Juíza falou para ela: “Olha, você não me perturbe mais não, porque senão eu vou arquivar o seu processo. Você não quer uma decisão rápida? Eu vou arquivar o seu processo e você faça o que entender.”. Já é a segunda vez que essa Juíza fala isso para essa colega! Isso é dignidade? Isso é valorização da advocacia?

Eu entendo que este valor aqui estipulado poderia, sim, ser mais discutido e, na minha opinião, majorado.

Trago aqui também, e já conversei isso com os colegas, uma sugestão, e vejo aqui vários advogados atuantes, para que criemos o sindicato dos advogados, como existe em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, como existe em outros Estados, porque o sindicato sim tem a competência para criar o piso salarial, porque o piso salarial é criado por norma coletiva, por lei é salário profissional.

Aqui também aproveito para pedir o apoio - já estou terminando, Deputado - do Deputado e dos demais integrantes desta Casa, muito embora a discussão seja em nível de Congresso Nacional, para a instituição dos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho. Essa luta é uma luta árdua e que também visa a valorização dos nossos profissionais, dos nossos colegas e da nossa profissão.

Esse projeto de lei foi apresentado pela Deputada Federal Clair Martins, que é Diretora da ABRAT-Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas. Esse processo ainda está

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

em discussão, em fase, sim, de ser implantado, mas nós precisamos de união para que também o advogado trabalhista tenha o seu direito ao pão e ao leite garantido.

E, por fim, deixando de lado aqui todas as considerações que eu tinha a fazer sobre o tema, eu aproveito também a oportunidade para registrar o meu total repúdio à decisão do Tribunal de Justiça do nosso Estado, que decidiu pelo arquivamento do processo investigativo sobre as fraudes na distribuição. Isso é um absurdo! Aquilo foi um escândalo, e todos nós ficamos estarecidos! Há, inclusive, advogados envolvidos, que eu nem chamo de advogados, eu chamo de bandidos travestidos de advogados, porque a nossa classe não pode ser nivelada por baixo. Nós estamos acima disso, nós somos muito mais dignos que isso e não podemos ser taxados por essas pessoas que praticam essas atitudes.

Então, aqui eu aproveito para pedir - temos grande parte da Diretoria da OAB, nosso Presidente, nosso Vice-Presidente - para que tomem medidas no sentido de reverter para que esse escândalo não seja mais um escândalo abafado. Têm Desembargadores envolvidos, têm servidores envolvidos, têm advogados envolvidos! E aqui se falou sobre questões relacionadas à venda de sentença. Essa fraude na distribuição está diretamente ligada a essas vendas de sentença também, e nós não podemos permitir, não podemos ficar inertes e calados a mais esta atrocidade do nosso Poder Judiciário! Registro aqui o meu repúdio, peço que a Ordem tome alguma postura e conclamo os advogados para que nos posicionemos radicalmente contrários a isso. Vamos pedir que a investigação ocorra até o último ponto a ser investigado e que aqueles culpados sejam durante punidos.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Após as palavras contundentes da Dr^a Luciana Serafim, Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas, sinto informar que eu quis ser o mais democrático possível e liberei o tempo, quebrando, inclusive, uma tradição aqui de sempre controlar o tempo para todos poderem se manifestar.

Mas nós temos vários inscritos e eu tenho que entregar o Auditório às 17:00 horas. Como a Dr^a Luciana Serafim foi a primeira da plateia a falar, a primeira mulher, a primeira oradora a assumir a tribuna e como os outros também se estenderam, eu acabei deixando, para ser bem democrático, acabei liberando o tempo, mas desde o princípio eu deveria ter marcado para que todos pudessem ter a oportunidade de falar. Infelizmente, vou ter que, agora, marcar o tempo, porque, senão, não dará para que todos falem.

Então, eu peço desculpas aos demais oradores, mas vamos ter que nos ater a cinco minutos cada um, para que todos possam se manifestar. Vamos dar uma apertada no tempo para que possamos encerrar e encaminhar esta Audiência Pública.

Com a palavra o Dr. Bruno Boaventura, que dispõe de cinco minutos.

O SR. BRUNO BOAVENTURA - Boa-tarde a todos. É um grande orgulho voltar a esta Casa.

Como advogado, trabalhei aqui por cinco anos como Assessor Jurídico da Mesa Diretora.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Assembleia Legislativa, requerente desta Audiência Pública. Parabéns, Deputado, pela iniciativa. Parabéns por receber a classe dos advogados. Parabéns, principalmente, por receber a jovem advocacia em seu gabinete. E parabéns novamente pela iniciativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Quero dizer, Deputado, que a sociedade acompanha de perto a sua luta pela quebra do monopólio no transporte intermunicipal. Eu quero deixar isso registrado.

E que Vossa Excelência não desista dessa luta, pois nós também somos contra o monopólio no transporte intermunicipal.

Gostaria de cumprimentar o atual Presidente da Seccional de Mato Grosso, Dr. Cláudio Stábile Ribeiro; o atual Vice-Presidente da nossa Seccional, Dr. Maurício Aude; e o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso, Dr. Leonardo Pio Campos. E gostaria de deixar registrado aqui, Dr. Leonardo, que o seu trabalho junto à Caixa de Assistência também é um trabalho a ser reconhecido.

A grande vitória da sua gestão é a licença gestacional para as advogadas com estorno do pagamento da sua anuidade. Essa foi uma grande iniciativa da sua gestão enquanto Presidente. Quero dizer a você que sinto orgulho por você ter feito isso as nossas advogadas.

Gostaria, também, de deixar o nosso cumprimento especial ao Presidente do Movimento OAB Jovem e Independente, Dr. Ulysses Lacerda Moraes.

Dizer-lhe, Ulysses, que, também, me senti muito orgulhoso ao vi aquele artigo publicado no *site Olhar Direto*, de sua autoria e do jovem Advogado Maurício Magalhães. Eu senti a nossa esperança renovada naquele artigo. Eu senti que a advocacia ali estava sendo refeita.

E, hoje, eu vejo a oportunidade para que todos nós possamos convergir para que o piso salarial seja aprovado. Porque para mim aqui não é o final dessa luta. Aqui é, apenas, o começo, pois, ainda, temos que convencer o Executivo; o projeto, ainda, tem que ser enviado a esta Casa e temos que convencer os nobres Deputados a aprová-lo.

Então, essa luta começa hoje e não sabemos quando terminará, mas eu tenho certeza absoluta que terminará com uma vitória, pois vejo, neste Auditório, pessoas aguerridas, que estão lutando em prol da advocacia.

Eu vejo aqui o nosso Professor, Doutor, nosso Advogado Naime Márcio Martins Moraes, que conheço da militância, que conheço do Fórum, do umbigo no balcão. Lembro-me o dia que nós estivemos juntos em uma manifestação em prol dos servidores, em uma greve, onde foi conquistado o direito do servidor receber o retroativo da URV. Ali foi conquistado o direito da valorização do serventuário da Justiça.

Então, esta plateia, este plenário que tanto luta, eu acredito que está imbuído sim, na vitória da classe da advocacia.

Eu vejo nas palavras da Dr^a Luciana Serafim realmente uma grande esperança de renovação, de superação de todos os desafios que nós temos a nossa classe.

Eu vejo, hoje, que a classe está descontente. A classe está descontente! E a luta pelo piso representa o descontentamento dos jovens advogados, porque a classe não está sendo valorizada e ela merece, sim, esse piso; ela merece, sim, essa valorização.

O valor, acredito que todos nós devemos reconhecer, ainda, é ínfimo, porque o jovem advogado, por exemplo, aqui, na Assembleia Legislativa ou em outros órgãos públicos não recebe esse valor. Ele recebe um valor muito mais alto. Então, devemos, também, tirar o parâmetro daí.

Dizer, também, que não é só uma luta do jovem advogado, daquele jovem advogado que menos de três anos de formado. Não é uma luta só dele! É uma luta de toda classe, pois, valorizando o jovem advogado, estamos valorizando todos os advogados; estamos colocando um marco, como bem disse o nosso Vice-Presidente, no mercado da advocacia do Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Grosso. E esse marco me valoriza, pois eu não sou mais um jovem advogado. Mas o mercado valorizando o jovem advogado, com certeza, valorizará mais o meu trabalho.

Eu quero dizer aos senhores e senhoras que atuo na classe dos advogados sempre imbuído com um só propósito. Eu não faço críticas destrutivas, não destruo a minha classe, não destruo a minha entidade. Pelo contrário! Eu faço o que faço pela valorização da minha entidade, pelo amor que tenho a minha profissão.

Eu faço a minha atuação baseada nas seguintes palavras...

Eurípedes foi um dramaturgo grego. Ele, Sófocles e Ésquilo fizeram o triunvirato da dramaturgia grega. Ele colocou a seguinte frase na história...

No Livro de Aristóteles, chamado “A Política”, ele colocou o seguinte... E essa tragédia se perdeu. Não há registros. Somente esta frase. Ela se perdeu no Mar Mediterrâneo: “Não me venham com talentos, me mostrem virtudes necessárias ao Estado.”.

Esta é a frase que eu tenho como propósito da minha atuação na classe dos advogados.

Eu quero que cada dia mais a minha entidade demonstre virtude necessárias, como a luta pelo piso dos advogados no Estado de Mato Grosso.

Que a minha entidade tenha consciência política, tenha atuação política, junto à sociedade; que ela tenha uma Comissão Especial de acompanhamento de casos relacionados à corrupção, por exemplo..

Isto é um exemplo! Isto está em todos os outros Estados, em todas as outras seccionais.

Então, chegou a hora de colocarmos em pauta essa discussão do que a classe tem feito, do que OAB tem feito contra a corrupção.

Eu acho interessante o pessoal do Grupo OAB Jovem e Independente levantar essa discussão.

Porque quando eu li o manifesto de vocês, no *site Olhar Direto*, eu vi, pelo menos, nas três últimas frases algo parecido com isso. É isso que estou tentando fazer.

Então, eu quero agradecer, mais uma vez, ao Deputado pela iniciativa, pela oportunidade.

Dizer ao Deputado que nós gostaríamos que novas oportunidades como estas surgissem para que possamos debater democraticamente o futuro da nossa classe, pois, hoje, eu não vejo fora desta Casa nenhum outro lugar que seja possível isso acontecer, principalmente dentro do Conselho Seccional.

Então, eu gostaria de agradecer a todos vocês pela atenção.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Após fala do Dr. Bruno Boaventura...

Pode ter certeza, Dr. Bruno, que estamos à inteira disposição, como colega e como Deputado, para promover debates como este e tantos outros de interesse da nossa valorosa classe.

Hoje, além do debate sobre o piso salarial, não deixou de ser uma prévia... Eu me senti como o intermediador da eleição da Ordem aqui.

É bom que nós estamos direto pela TV Assembleia Legislativa. Como a TV Assembleia Legislativa pega em muitos municípios deve ter colegas nossas assistindo.

Mais uma vez, nós temos trinta e dois minutos e eu preciso encerrar às 17:00 horas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

A próxima Audiência Pública com os colegas eu vou estender para às 18:00, 19:00 horas. Não tem problema!

Eu quero ouvir a todos, mas tenho que ser chato no que diz respeito ao tempo, quatro, cinco minutos seriam suficientes.

Meu querido amigo e colega Dr. Naime Márcio Martins Moraes...

Naime, eu quero até lhe pedir uma gentileza: o Dr. Geandre tem compromisso, agora. Ele pediu se pode inverter com você, porque tem um compromisso. Após a saída dele...

Você não concedeu democraticamente (RISOS)..

Então, vamos lá!

Com a palavra, o Dr. Naime Márcio Martins Moraes, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em Mato Grosso.

Dr. Naime, o tempo. Ajude o seu colega.

O SR. NAIME MÁRCIO MARTINS MORAES - Boa tarde a todos!

Exmº Deputado Emanuel Pinheiro, obrigado por esta especial Audiência Pública, democrática, que compartilha com todos os advogados e oportuniza a todos esse debate especial.

Eu quero dizer que tenho acompanhado o seu trabalho e tenho o orgulho e a satisfação de ter sido o incentivador para o retorno na política.

Parabéns, Deputado, e continue nesse caminho, que está trilhando muito bem!

Agradeço as carinhosas palavras dos que me antecederam: o Dr. Bruno, a Drª Luciana Serafim e outros que, também, se manifestaram.

Eu estou aqui mais no papel de pai orgulhoso, de pai cheio e envaidecido, muito menos do que para falar, porque se for para falar muito, eu me emociono, Dr. Geandre. Por isso, eu peço desculpa de não ter deixado você falar, porque eu não quero me emocionar.

Quem me conhece de outrora sabe da minha luta incessante, desde os bancos da universidade, pela OAB, pela classe, pelo resgate da moral e pelo resgate da ética.

Como a Drª Luciana Serafim falou sobre o tipo “advogado orgulhoso”! Quem foi meu aluno aqui sabe, sou advogado por opção, por paixão e tenho orgulho de ser advogado. E estar aqui, hoje, ouvindo a propositura do meu filho e dos seus colegas, que não têm nada a ver, e nenhuma influência tive nessa iniciativa maravilhosa deles.

Acompanho de largo e de longe e vejo o entusiasmo e o brilhantismo com que eles se reúnem e pensam. E isso tem me envaidecido! Isso tem me deixado animado, Dr. Bruno, como você falou aqui: É o resgate da moral! É o resgate da ética! É o resgate de ser advogado.

A remuneração é muito importante! A remuneração é que garante essa dignidade! E esse aviltamento que nós temos passado durante os anos, é Juiz que não reconhece o nosso trabalho...

Parabenizo aqui o filho do Magistrado que reconhecendo, está começando a reconhecer e valorizando o trabalho do advogado. Vez por hora são honorários pífios, insignificantes, irrisórios, humilhantes!

Então, eu não vou me alongar, eu apenas quero dizer o seguinte: Muito obrigado!

Quero parabenizar o meu filho Ulysses! Estou aqui orgulhoso! O Dr. Magalhães, o Dr. Spinelli, o Dr. Cabral, o Dr. Walter, essa gurizada que, realmente, vai fazer a diferença, Dr. Cláudio! Vai fazer a diferença!

Dr. Leonardo Pio, um beijo no coração! Você está sempre aqui!

Obrigado! Um abraço a todos! Parabéns! (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Parabéns ao Dr. Naime! É a genética. Não é Naime?

A composição, inclusive, dessa OAB Jovem Independente a genética ajudou bastante. A genética foi fundamental, são todos pais brilhantes, todos oriundos de famílias brilhantes como a sua, a do Maurício, de todos, enfim, de todos aqui presentes.

Vocês estão de parabéns! Realmente, é motivo de orgulho para todos nós colegas.

Com a palavra o Dr. Geandre Bucair Santos, Conselheiro da OAB, nosso amigo e colega também.

O SR. GEANDRE BUCAIR SANTOS - Esopo era um servo muito fiel, porém, era muito inteligente.

Certa vez, o seu patrão pediu para que Esopo servisse a melhor comida do mundo. Esopo trouxe para o seu patrão, Deputado, numa bandeja, a língua. O patrão quis saber o porquê a língua era a melhor comida do mundo.

Esopo, muito embora cego, porém, inteligente, deixou registrado que a língua era a melhor comida do mundo porque dela saíam palavras de amor, de reconhecimento e de orgulho.

Aí o patrão, passado alguns dias, testou novamente o Esopo. Esopo, agora eu quero que você traga a pior comida do mundo. Esopo, inteligente, trouxe a língua. E o patrão questionou: Por que a língua é a pior comida do mundo? Ele falou: porque a mesma língua que diz amor, diz eu te odeio; a mesma língua que te reconhece, te retira o crédito.

Então, a minha língua aqui, publicamente, para o Estado de Mato Grosso serve, primeiramente, para dizer que falem o que falarem, eu me orgulho, tal como o senhor, de ser advogado. Orgulho-me de ser advogado do Estado de Mato Grosso, porque eu me sinto, aqui, no meu Estado como um bebê recém-nascido nos braços de pais babões. Eu me sinto seguro dentro da OAB/Mato Grosso. Conheço a trajetória dos que estão na direção dessa Seccional e daqueles que, assim como vocês, Dr. Ulysses e demais Colegas desse Grupo OAB Jovem Independente, querem também o maior cuidado para a nossa OAB Mato Grosso.

O comportamento de vocês, diferentemente do que já foi dito aqui, é de que orgulha a Advocacia e não porque sente a Advocacia desvalorizada. Muito pelo contrário, é o sentimento daquele que quer o bem da Advocacia.

É claro que o valor não é ideal - e eu fui o Relator da matéria dentro da Seccional e agradeço publicamente a confiança deposita a minha pessoa - mas é o pontapé inicial para continuar a valorizar e não resgatar aquilo que para mim nunca desapareceu, que é o valor da Advocacia; e sim de continuar a moldar, de continuar a brindar a nossa profissão que já é brindada constitucionalmente.

Então, aqui, em Mato Grosso nunca desapareceu o valor da nossa Classe. Muito pelo contrário, ela se fortalece a cada dia mais. E o comportamento de vocês, referendado pela Comissão do Jovem Advogado, representa inequivocamente a continuidade dessa valorização.

Então, eu senti muito orgulho, porque não faz muito tempo que eu deixe essa fileira de jovem Advogado e presidi essa Comissão, de ser nomeado Relator desta matéria. E sinto-me tranquilo do que lá eu escrevi.

Por muito tempo, Dr^a Luciana, o piso salarial, de fato, esteve vinculado com convenção coletiva, com acordo coletivo. De fato, por muito tempo, tinha essa vinculação.

Entretanto, com esta Lei Complementar nº 103, citado por Dr. Ulysses, nasceu em nosso País mais uma possibilidade de piso salarial. Não só aquele piso salarial criado por convenção ou por normas coletivas, mas, também, criado por lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

Então, nós podemos dizer que hoje em nosso País o piso salarial pode ser criado tanto por convenção, por norma coletiva, como, também, por lei.

Se o legislador não tivesse esse objetivo, ele não traria na ementa da lei expressão: “piso salarial”. Então, não cabe ao interprete querer pretender discutir se é salário profissional, salário mínimo ou piso salarial, porque hoje existe a possibilidade de se criar o piso salarial por meio de lei, quando carente o Sindicato dentro do Estado.

Então, ficam aqui as minhas palavras, Sr. Presidente, e deixo, por último, para reconhecer o trabalho de Vossa Excelência, como o Dr. Cláudio Stábile mencionou, Vossa Excelência está como Deputado, mas será sempre Advogado.

Lembro-me que quando Vossa Excelência estava em campanha, ainda cerrando fileiras conosco na Academia, Vossa Excelência sempre mencionava em nossos encontros a intenção de fazer algo em prol da classe. Esse é o primeiro passo e o resultado dessa sua intenção, ainda quando era pré-candidato. Então, ficam aqui as nossas palavras de reconhecimento.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Muito obrigado pelas palavras do meu querido amigo Geandre Bucair, Conselheiro da OAB.

Com a palavra o Dr. Leonardo Pio da Silva Campos, o “Léo Capataz”, Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados.

Léo, quero só pedir a compreensão no tempo, porque ninguém está compreendendo, acho que Vossa Excelência também não vai, mas tenho que pedir, pelo menos (RISOS).

O SR. LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS - Até pela Casa da democracia e igualdade, cumpriremos rigorosamente o tempo.

Exmº Sr. Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente e autor da propositura desta Audiência Pública, Presidente desta Mesa; Presidente Cláudio Stábile Ribeiro, em nome de quem saúdo os demais integrantes e componentes da Mesa condutora dos trabalhos; colegas Advogados aqui presentes, Estagiários, Advogadas, serventuários desta Casa, membros da Comissão da Ordem e do Conselho.

Depois dessas palavras emocionadas do Dr. Geandre Bucair é até difícil usar a tribuna na sequência.

Mas este é um momento histórico, Ulysses, e todo o grupo OAB Jovem Independente, para a advocacia mato-grossense e para os tempos que a nossa profissão atravessa.

Concordo com o Dr. Geandre Bucair em tudo aquilo que ele disse, principalmente porque comecei a trabalhar na Ordem dos Advogados do Brasil quando ainda era estagiário e monitor de seu pai na Universidade de Cuiabá.

Foi ali, convivendo diariamente com ele e com os integrantes que à época ocupavam as funções da Ordem, que pude apenas começar a entender, começar a entender, porque até hoje ainda não consegui ter os parâmetros do tamanho da importância da OAB no cenário nacional, diante de todas as suas lutas travadas. E agora, como dirigente da Ordem, percebo que tudo aquilo que eu achava que a OAB já era grande, não é nem o começo. A Ordem é muito mais forte do que aquilo que nós imaginamos e da dimensão que temos da grandeza da nossa instituição. O que por aí, só por isso já me bastaria para ter a certeza que escolhi a profissão correta e para o meu túmulo levarei, sim, o orgulho de sempre ter sido advogado.

Digo mais, a advocacia passa por ataques de todos os níveis porque é a única instituição no Brasil que tem a independência para cobrar os Poderes constituídos, com todo o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

respeito às outras instituições. Segmentos dos porões das instituições e daquilo que a OAB combate intentam a todo o momento calar o advogado, calar a OAB, a exemplo de determinados percentuais nos juizados especiais, dizer que não precisa de advogado; a exemplo de determinados percentuais na Justiça do Trabalho também dizer que não precisa de advogado; a exemplo da condução dos processos nos administrativos nos órgãos dizer que ali não precisa de advogado.

Isso é uma tentativa clara, e não velada, de intimidar a classe porque é a única neste País que se levanta a todo o momento contra as mazelas que a sociedade não mais aguenta pagar o preço.

Por isso, a chama e o orgulho de ser advogado, que luta diariamente contra uma Justiça morosa, contra a falta de servidores, contra os altos valores das custas judiciais, contra muitas vezes tratamentos não condignos e dignos a nossa profissão, é renovada a cada instante quando vemos que jovens recém-saídos das fileiras acadêmicas e colocados no mercado profissional estão a levantar esta bandeira, estão a levantar a bandeira daquilo que é o primeiro passo de uma longa jornada, é o primeiro passo para se mostrar o quão é importante, e mais, o primeiro passo para se reforçar o quão é importante o profissional da advocacia.

A Ordem tem lutado diuturnamente pelos salários daqueles que são concursados. Os advogados públicos, o pleito tramita na Ordem e a Ordem acompanha todos os projetos de leis para fixação desses valores.

Em nível estadual, junto com a advocacia pública, fizemos um amplo trabalho com aqueles que exercem as carreiras nas Secretarias, Deputado Emanuel Pinheiro, e Vossa Excelência é um batalhador nesse assunto, fizemos nas autarquias estaduais, na luta pelos Procuradores do Estado para os seus vencimentos serem condignos com a função que exercem.

Essa luta na advocacia privada, que era a que faltava, tem início com a proposição desse grupo, dessa gurizada. E tenho certeza que a Ordem, ao ver a importância do tema e a necessidade dele, acolheu, e não só debateu, como tomou para si, ombreou com os senhores, ombreará com os senhores até a implementação desse piso.

Sem atecias jurídicas ou hermenêuticas, o fato é que precisamos agora levantar essa bandeira, irmos até ao Governador Silval Barbosa, fazer com que ele encaminhe isso para ontem para esta Casa de Leis, e aqui nesta Casa de Leis, por meio da Comissão de Acompanhamento Legislativo, cujo Presidente se encontra aqui, o Sr. Rodolfo Soriano, e por meio de Deputados advogados, ao contrário de advogados Deputados, tenho certeza que este Projeto tramitará com a celeridade que o caso requer e veremos implantado esse piso, que é apenas um começo da advocacia privada, é apenas um começo dessa luta, porque o art. 7º da Constituição, ao estabelecer que a lei poderá afixar piso e levar de acordo com a importância o trabalho a ser desenvolvido, nós teremos piso na advocacia infinitamente superior ao que hoje pretendemos aqui.

Mas é apenas o começo de uma semente, plantada por jovens que saíram da universidade e entraram na advocacia de cabeça erguida e pela porta certa, buscando a sua Instituição. E podem ter certeza que em todo assunto que visa o bem comum da classe, que visa o resguardo da sociedade, no foro competente para debater, a Ordem estará sempre de portas abertas e empunhará essa bandeira, porque acredita nela.

Portanto, Ulysses e demais intrigantes do Grupo Jovem Independente, contem com todo o nosso apoio na implementação desse piso. Implementaremos esse piso e, após isso, lutaremos com o passar do tempo em cada momento histórico oportuno para a sua revisão, o seu aumento, a sua melhora. Mas o fato é que precisamos implementá-lo e vocês estão de parabéns!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

O jovem advogado - já encerro aqui, porque o Deputado Emanuel Pinheiro já está me olhando torto - tem o apoio para o seu exercício com liberdade e independência da profissão na OAB e na Caixa de Assistência aos Advogados.

Permita-me aqui, Deputado Emanuel Pinheiro, citar apenas um convênio que firmamos - o Maurício já citou - com Caixa Econômica Federal, que possibilita acesso a linhas de créditos com juros diferenciados para montagem de escritório, para cursos de aperfeiçoamento: pós-graduação, mestrado e doutorado, para financiamento de reforma, mobília e aquisição de equipamentos de informática. Fora isso, firmamos também um convênio com o PROMAD - Programa de Modernização da Advocacia, em que o jovem advogado, Ulysses e Maurício Magalhães, tem gratuitamente disponibilizado para o seu escritório um *software* de gestão de escritório de uso gratuito por dois anos. Durante dois anos o jovem advogado não paga um centavo por esse *software* de administração de escritório, porque a caixa de assistência lhe franquia isso.

E para aquele que já não são mais considerados jovens advogados o uso gratuito é por seis meses. A partir desse programa do PROMAD, você consegue estruturar o seu escritório, gerenciá-lo, sair à luta, sair à caça do seu cliente e fazer aquilo que o advogado sabe fazer, que não é administrar escritório, mas sim peticionar, capacitar-se e correr atrás dos interesses do seu cliente.

Temos, ainda, o Programa de Inclusão Digital. A Justiça não é a mesma! A advocacia não é a mesma! Adentramos em tempos de processo digital, de processo judicial eletrônico, em que a Ordem, mais uma vez, não abandonou os seus Pares, na melhor concepção da palavra “corporativismo”, já usada aqui pelo Maurício, e se preparou com ampla reforma em material tecnológico para possibilitar ao advogado treinamento e cursos aos processos judiciais eletrônicos.

Habilitamos todas as salas da Ordem de Cuiabá e Várzea Grande e estamos em fase de finalização de equipar as salas das subseções do interior.

E para o jovem advogado também firmamos um convênio com duas empresas do ramo de informática. Permita-me, Deputado, usar este instrumento para falar aos advogados de todo o Estado que nos acompanham e aos aqui presentes, citar os nomes das empresas: a Dell e a Kodac - a Dell no ramo de computador e a Kodac no ramo de scanner. A partir de um convênio nacional, conseguimos disponibilizar esses equipamentos de informática a preço diferenciado do mercado.

Vejam os senhores que fechamos o cerco não só em relação aos equipamentos, mas na forma de buscar recursos para adquirir esses equipamentos, através do convênio com a Caixa Econômica Federal.

Portanto, senhores, contem com o apoio da Ordem, contem com o apoio da Caixa de Assistência dos Advogados.

O orgulho de ser advogado jamais, daqueles que têm vocação para tal, se apaga diante das dificuldades ou barreiras que a vida nos impõe e que os processos nos impõem.

Ora, se não existe ação ganha ou se, em determinados fatos, não conseguíssemos visualizar um direito de um cliente, não necessitaria de advogado de outro lado no processo judicial.

Mas não! Diante de todas as dificuldades, quer ela do processo quer ela daqueles que insistem em tripudiar a advocacia, o advogado se renova, porque é ele o primeiro juiz da causa, é ele que fala em nome do seu constituinte, através do Poder Judiciário. É a partir do advogado que se corrigem determinadas injustiças, resguardando o direito do cliente e no trilho da busca da verdade real ou da busca da Justiça.

Por isso a chama do orgulho de ser advogado jamais se apaga para aqueles que têm vocação. E vejo que os senhores carregam esse orgulho de modo que, daqui a dez anos, quando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

olharmos aos senhores novamente, os senhores participarão da Ordem conosco. Tenho certeza que esse caminho os senhores trilharão, e esse orgulho só estará cada vez mais forte e renovado, porque saberão a importância da sua Instituição e a independência que a sua Instituição tem.

Portanto, senhoras e senhores, contem com o nosso integral apoio e vamos ombrear essa luta. O próximo passo, após o comando do Deputado Emanuel Pinheiro, é irmos até o Governador do Estado, para pedir que ele encaminhe com celeridade esse projeto para cá. E aqui já fica o compromisso da nossa Comissão de Acompanhamento Legislativo, cujo Presidente Rodolfo Soriano está presente. Vossa Excelência deve, ao lado desses meninos, acompanhar o trâmite desse processo e trabalhar diuturnamente para que possamos aprovar o quanto antes possível esse piso salarial.

E a partir daí as lutas serão outras.

Muito obrigado e contem com a Caixa de Assistência (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Após as palavras entusiasmadas do nosso querido amigo Léo Capataz, respeitando o tempo e falando muito bem, como todos têm tido uma performance excelente - o Capataz foi muito feliz também, com palavras entusiasmadas e valorizando a classe -, gostaria de chamar agora o Dr. Carlos Rafael Carvalho, Secretário Geral da Comissão Jovem Advogado da OAB/MT.

Também quero pedir, Carlos, que se atente ao tempo, porque faltam sete minutos para entregarmos o Auditório.

O SR. CARLOS RAFAEL CARVALHO - Eu tenho sete minutos?

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Não, estão faltando sete minutos. Faça o possível (RISOS).

O SR. CARLOS RAFAEL CARVALHO - Fique tranquilo.

Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Deputado. Parabéns por ser o requerente desta Audiência Pública. Sabemos da sua essência, da sua formação e do seu orgulho de ser advogado. Boa-tarde, Presidente Cláudio Stábile; Vice-presidente Maurício Aude; Presidente da Comissão Jovem Advogado, Bruno Oliveira; Presidente da Caixa de Assistência, Leonardo Capataz; Ulysses, meu amigo, advogado; Rodrigo Cabral; Maurício Magalhães; e demais representantes do grupo denominado OAB Jovem Independente.

Na época da Ditadura Militar, uma música, uma canção que embalava corações e mentes daqueles jovens que lutavam contra imposições dizia “quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

Vocês, membros desse Grupo OAB Jovem Independente, fizeram um marco importantíssimo à advocacia. Eu, em nome da Diretoria da Comissão Jovem Advogado, venho dizer que temos arduamente trabalhado pela valoração, pela dignificação dessa advocacia.

Grupos como vocês, que surgem com o intuito de participar, de agregar, de formar uma unidade em prol da advocacia, são grupos extremamente aceitáveis e grupos esses que recebemos de braços abertos.

Poucas palavras irão definir o que vocês fizeram, iniciaram uma grande discussão, uma discussão sobre o que é um piso salarial da advocacia, discussão essa que já vem sendo travada em outros Estados, como já mencionado por aqueles que aqui me antecederam.

Discutir se esse piso, se esse valor é de R\$1.100,00, R\$1.400,00, R\$2.000,00 reais, que seja, é de menos. A importância não é o valor; não é o quanto. A importância é a essência desse salário, dessa valoração do Advogado que sai da Academia de Direito e vai atender a sociedade; que vai buscar com o seu amor, com a sua dedicação, fazer com que Justiça seja aplicada a uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

sociedade cada vez mais desmerecida e desprotegida diante das atrocidades que nós temos observado em nosso Estado.

Quero dizer que, como Secretário da COJAD, eu tenho imenso orgulho de estudar com vocês, de realizarmos os pareceres, de realizarmos as nossas reuniões em prol dessa jovem Advocacia.

Muito obrigado por participarem da OAB com o intuito de agregar!

É de jovens assim, e dentre esses eu me incluo, que nós precisamos para a valorização da nossa entidade.

Deputado, eu conheço a sua essência, a sua formação. Sei que é um Advogado; sei que vamos precisar do seu empenho nesta Casa de Leis.

Que Vossa Excelência tenha a convicção que com essa iniciativa de jovens advogados, encampada pela Comissão de Jovens Advogados e referendada pelo Conselho da OAB/Seccional de Mato Grosso – e o Geandre já se foi, mas fez um relato, fez um voto muito bonito –...

Vossa Excelência pode contar conosco da forma que nós contamos com Vossa Excelência.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito obrigado ao jovem Carlos Rafael Carvalho, Secretário-Geral da Comissão Jovem Advogado OAB, pelas suas belas palavras.

Agora, o último orador inscrito, depois, faremos um rápido encerramento, Dr. Welder Queiroz dos Santos, Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, meu ex-aluno.

O SR. WELDER QUEIROZ DOS SANTOS – Se o tempo que me antecedeu era de sete minutos, então, devem restar uns dois minutos para mim.

É isso, Professor?

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Você viu que eu nem falei em tempo. Fiquei tão empolgado com o meu aluno que não falei.

Mas já está na esteira.

O SR. WELDER QUEIROZ DOS SANTOS – Boa-tarde caros amigos Advogados que se fazem aqui presentes.

É com muito entusiasmo que vejo essa iniciativa de jovens advogados. É composto esse Grupo Jovem e Independente por amigos do meu irmão desde a época da infância.

Eu vejo com entusiasmo essa iniciativa de estabelecer um piso mínimo – um piso mínimo já é redundante -, um piso vital, uma base mínima existencial para os advogados.

A nossa luta pela valorização da advocacia não deve cessar nunca. Neste momento, em que se tenta estabelecer um piso salarial nesta primeira Audiência Pública, lembro-me de um filósofo inglês que dizia: “Que o futuro está sempre começando agora.”

Eu vejo nesta Audiência Pública, neste ato, neste marco, como foi dito, esse início, esse futuro para uma grande valorização da advocacia. E digo isto porque temos, hoje, tramitando na Câmara dos Deputados um Projeto que trata do novo Código do Processo Civil que traz uma regulamentação mais clara com relação aos honorários advocatícios. Os honorários advocatícios são essenciais para a subsistência. É por isso que no Projeto consta expressamente que os honorários possuem natureza alimentar. Não basta o STJ dizer que tem natureza alimentar e na hora da falência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

ele equiparar o crédito do advogado ao crédito privilegiado e não ao crédito como um trabalhador, ao crédito alimentar em si.

E com bons olhos que veja essa iniciativa do novo Código do Processo Civil que torna muito mais clara e digna a profissão de Advogado.

Institui, ainda, os honorários recursais que são aqueles que, em caso de recurso, poderão ser majorados em até 25%. Esta, também, é uma proposta que está tramitando e que, a meu ver, é importante para a classe dos advogados.

Entre outros, também, uma nova regulamentação da fixação de honorários contra a Fazenda Pública. Nós temos um grande problema com relação à fixação de honorários contra a Fazenda Pública. Porque, hoje, isso é fixado ao bel prazer de juízes. Sabemos que temos juízes e juízes. Então, uma nova fixação gradual de honorários contra a Fazenda Pública nos parece extremamente interessante para a classe dos advogados.

A nossa Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB ano passado teve a possibilidade de montar grupos de estudos, que é, também, composta pelo Dr. João Vaucher, membro do Grupo AOB Jovens e Independentes, e apresentamos, junto à Câmara dos Deputados, uma proposta para que fique claro, também, o Princípio da Causalidade no arbitramento de honorários. Porque tem casos, ainda que excepcionais, em que os honorários são fixados. O vencido... Apesar do processo ser julgado em relação a uma parte, quem deu causa à instauração do processo foi o vencedor e, por isso, os honorários do advogado têm que ser estabelecidos a parte contrária.

Então, são com estas breves palavras que eu conclamo toda a nossa classe de advogados, conclamo ao meu querido amigo e professor Deputado Emanuel Pinheiro, para acompanharmos e lutarmos pela aprovação desse Novo Código de Processo Civil junto à Câmara dos Deputados, pois já foi aprovado no Senado e está em fase final na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Como eu diria e já disse muito antigamente Piero Calamandrei: “Nós, os advogados, somos antenas supersensíveis da administração da Justiça e é por essa razão que a Constituição nos colocou como indispensáveis!”.

Muito obrigado e tenham uma boa-tarde! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Após a fala do brilhante Advogado Dr. Welder Queiroz, Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, encerramos a fase dos oradores inscritos e passaremos, agora, ao encaminhamento final, às considerações finais.

Tão logo fomos procurados pela OAB Jovem e Independente, o objetivo era exatamente promover uma Audiência Pública em parceria com a OAB e abrir a Casa do Povo, o Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para estreitarmos e consolidarmos uma Audiência Pública com relação à implantação do piso salarial do Advogado privado no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Não tínhamos e não temos uma proposta pronta e acabada. Viria um esboço da OAB em comum acordo com a OAB Jovem e Independente. E o meu compromisso era levar, juntamente com o Presidente da Seccional Mato Grosso, ao Governador Silval Barbosa que me incumbiu de fazer essa ponte junto à OAB. Como a prerrogativa é dele, a iniciativa é do Chefe do Poder Executivo, ele encaminhará aquela proposta que for fruto do debate e do desejo da OAB-Ordem dos Advogados do Brasil/ Seccional do Estado de Mato Grosso nessa coordenação com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

todos os nossos setores e segmentos, como é o caso da OAB Jovem e Independente que empunha a bandeira.

Então, eu quero dizer ao Ulysses Lacerda Moraes e ao Dr. Cláudio Stálibe, Presidente da Seccional, que continuamos à inteira disposição. Se houver necessidade de mais debates, mais audiências públicas, nós faremos. Se houver necessidade de mais reuniões, também, estamos à disposição. E tão logo fechem o consenso da redação final, daquilo que podemos chamar de anteprojeto, juntos levaremos ao Governador para que este marco, como o Dr. Maurício aqui colocou, seja consolidado no dia em que o Governador encaminhar a proposta à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

E com relação à celeridade, Leo, pode ter certeza que estaremos, aqui, acompanhando e esperando; estaremos fazendo a ponte junto com a OAB e estaremos prontos para encaminhar e votar em dispensa de pauta e em regime de urgência especial até para que, com isso, possamos mostrar aos demais colegas Deputados a importância da valorização da classe por parte do Poder Legislativo Estadual Mato-grossense.

Então, esse é o encaminhamento e fico à disposição dos senhores, Dr. Cláudio Stálibe, meu querido amigo e Presidente da nossa Ordem; Ulysses Lacerda Moraes, juntamente com todos os líderes da OAB Jovem Independente.

Encerro a minha fala, agradecendo imensamente a presença de todas as colegas e todos os colegas Advogados.

Desculpe se não pudemos ser mais democráticos, que pudesse dar mais tempo para o debate, para a palavra, porque é tão bom ouvir os colegas, a inspiração, a vontade, o desejo de participar, de falar, de criticar e de sugerir. É isso que nos move, que move este orgulho intenso, esbravejado por todos, de ser Advogado, de sermos indispensáveis à justiça, de estarmos com uma previsão constitucional única nas oito Constituições que nós tivemos; de estarmos lá nas funções essenciais à justiça. É por meio do Advogado que o cidadão vai buscar o mais elementar e o mais básico dos seus direitos, o direito de buscar os seus direitos, o direito de reclamar os seus direitos.

Então não há profissão mais nobre, profissão mais honrosa e que temos orgulho de pertencê-la.

Nesta palavra final, eu quero lembrar aqui de um cantor tido, no Brasil, como cantor brega, mas tido lá fora, nas Américas, como um gênio, o falecido Altemar Dutra. Perguntaram para ele numa entrevista, nos Estados Unidos, - ele faleceu cantando em Los Angeles - um dos objetivos de vida dele. Ele falou que era ser valorizado dentro de casa. E eu digo que um dos meus objetivos neste meu mandato como Deputado Estadual é ser valorizado dentro da minha casa, na OAB.

Eu gostaria não como Advogado, porque não tenho o brilhantismo, sou processualista, e tenho impedimentos para poder advogar, mas eu quero ser um instrumento da minha classe na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Eu quero que cada colega Advogado da Capital, da minha reunião da Baixada Cuiabana, do interior do Estado, Cláudio, a hora que avistar o Deputado Emanuel Pinheiro, fale: “aquele é nosso! Aquela é uma bandeira que nós temos na Assembleia Legislativa. Ali nós temos suporte; ali nós temos respaldo; ali nós temos o nosso porto seguro”.

Eu, por exemplo, estou indo a Comodoro, depois de amanhã, e já mandei levantar os Advogados de Comodoro. Cada ida minha ao interior, eu quero buscar os advogados, aproximar deles e mostrar que eles têm um representante; tem um Deputado; tem uma voz da classe na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, como nos sentimos muito bem representados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

com o senhor, Dr. Cláudio Stabile, como nosso Presidente, que é um orgulho para nós na nossa OAB.

E aos jovens da OAB Jovem Independente, eu quero retratar o debate que tive na Assembleia, ontem e hoje, que foi um ponto de ebulição aí, saiu em toda mídia, porque houve uma discussão muito acirrada no plenário. E eu justifiquei - essa vai para vocês da OAB Jovem Independente - o meu comportamento, principalmente em plenário, me remetendo à Bíblia Sagrada, lá nas Cartas de Laodicéia, onde o Apосто Paulo dizia: “Seja quente ou seja frio, não seja morno que eu te vomito”. Ou seja, eu particularmente já assisti muitos filmes; já li muitos livros; já presenciei histórias fantásticas de tragédias, de fracassos e de sucessos, mas nunca li um livro e nunca vi um filme que narrasse o ócio, o não fazer, o remanso ou a omissão.

É preferível o erro à omissão. É preferível o excesso ao descaso. Então, é necessário que vocês agarrem com a juventude, sejam quentes ou sejam frios, só não sejam mornos, pelo amor de Deus, que a sociedade vai vomitar e haverá de cobrar de cada um vocês.

Então, como você fez aqui, Ulysses, comovendo e quase levando as lágrimas o seu pai e nos orgulhando, você e todos os seus companheiros, e utilize da juventude, da garra, do idealismo, daquela força de vontade de sozinho transformar a sociedade, o mundo, todo esse combustível na busca incessante da construção dessa sociedade mais justa e mais igualitária; dessa sociedade que lá na Constituição, no art. 1º, quando foi construído os fundamentos da nossa Carta Magna, os incisos II e III falavam da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

E quando ela nos remeteu ao art. 5º, nos Direitos Individuais e Coletivos, nos remeteu a uma sociedade que nos garantiria o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Então, isso é a cidadania. Isso é a dignidade da pessoa humana e isso é a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária e que tem no Advogado uma função indispensável, não só administração da Justiça, mas ao desenvolvimento humano, à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

Muito obrigado! Agradeço imensamente a presença de todos!

Convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino de Mato Grosso.

(EXECUÇÃO DO HINO DE MATO GROSSO).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL
DO ADVOGADO EMPREGADO PRIVADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO,
REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2012, ÀS 14:30 HORAS.

- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.